

PERMANECER OU SAIR DO CAMPO? UM DILEMA DA JUVENTUDE CAMPONESA

TO STAY OR LEAVE THE FIELD? A DILEMA TO PEASANT YOUTH

Luciano Benini de Oliveira¹

Diógenes Rabello²

Carlos Alberto Feliciano³

RESUMO

As motivações que nos animam a entender os motivos pelos quais os jovens estão deixando o campo é a preocupação que temos quando observamos que este processo se intensifica cada vez mais. A realidade em que estes jovens estão inseridos coloca para eles grandes desafios, onde, diversos elementos presentes nas comunidades influenciam na permanência destes jovens no campo. Buscamos traçar alguns caminhos como a educação e as políticas públicas que diretamente influenciam na construção da identidade dos jovens. Entendemos ainda que a juventude é responsável pela continuação das lutas e permanência dos camponeses nos territórios conquistados pelos trabalhadores, na perspectiva de construção e consolidação do modo de vida camponês. Resgatando e construindo meios de produção.

Palavras-chave: Juventude Camponesa. Campesinato. Assentamentos Rurais. Trabalho.

ABSTRACT

The motivations that animate us understand the reasons why young people are leaving the field is the concern we have when we observe that this process is intensified even more. The reality that these young people are placed for them puts great challenges, where several elements present in communities influence the permanence of these young people in the field. We seek to draw some paths such as education and public policies that directly influence the identity construction of young people. We also believe that youth is responsible for the continuation of the struggles of peasants and stay in the territories conquered by the workers, from the perspective of construction and consolidation of the peasant way of life. Rescuing and built media production.

Keywords: Peasant youth. Peasantry. Rural settlements. Labor.

¹ Professor e Bacharel em Geografia pelo Curso Especial de Geografia (CEGEO). Aluno do Curso Pós-Graduação Latu-Sensu modalidade Especialização em Geografia (Edital 26/2013 UNESP/INCRA/CNPqPRONERA), pela Faculdade de Ciências e Tecnologias - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita". E-mail: oliveirabenini@gmail.com

² Graduando do curso de Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT). E-mail: diogenesrabello@yahoo.com

³ Geógrafo; Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Pós-doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, campus de Presidente Prudente). E-mail: cacafeliciano@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os jovens brasileiros oriundos do campo continuam a abandonar a agricultura e o meio rural para procurar alternativas nas cidades. Esse processo nos remete ao pensamento de cenas vividas nos anos 70, que contingentes de homens, mulheres e crianças que passaram por um processo de expropriação do campo para viver nos núcleos urbanos ofertando sua força de trabalho. Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, colocasse na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural. A falta de iniciativas de políticas coloca os jovens do campo sob uma realidade que se agrava, segundo os dados do programa Brasil sem Miséria que apontam que de um total de 8,2 milhões de jovens rurais, 2,3 milhões vivem em situação de miséria, com renda mensal de 70 reais ou menos.

Segundo o relatório apresentado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa em escala mundial de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos atingiu o maior índice desde o ano de 1991. Revela também que no final de 2009 mais de 80 milhões de pessoas nessa faixa etária estavam fora do mercado de trabalho. Os dados da OIT apresentam que na América Latina e Caribe, o número de jovens desempregados aumentou 11,4% entre 2008 e 2009, totalizando 8,8 milhões de pessoas, no caso do Brasil, segundo os pesquisadores do órgão, os programas sociais de distribuição de renda desenvolvidos pelo governo favorecem a queda da taxa de desemprego dos jovens no Brasil (BBC Brasil, 2010).

A presente discussão busca compreender os elementos que estão ligados a viabilidade social, econômica e cultural dos jovens que vivem nos assentamentos de Reforma Agrária, tendo como referência a pesquisa **“Estudo da juventude no Assentamento São Bento - município de Mirante do Paranapanema – SP: renúncia ao território ou resistência no modo de vida camponesa?”**⁴ com intuito de aproximar das necessidades da juventude camponesa para permanecer no campo.

⁴ A pesquisa mencionada se refere a monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCT/UNESP, para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela mesma Instituição no ano de 2011, através do Curso Especial de Geografia (CEGEO) parceria UNESP/INCRA/Pronera/Escola Nacional Florestan Fernandes.

O CAMPO NO PONTAL DO PARANAPANEMA NOS DIAS ATUAIS E OS JOVENS

Hoje a realidade do campo mostra que as alianças entre as classes, o Estado, a mídia, e os conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros e alguns outros elementos têm atuado juntos, a fim de promover uma estrutura agrária monopolista para produção em larga escala com vistas para a exportação e “*promoção de riquezas crescimento econômico*” e como juntamente com isso, busca agir para desqualificar a agricultura de base camponesa, empregando o discurso e defendendo a ideia de que os agricultores camponeses são incapazes de gerar renda e alimento (DOURADO, 2013).

Na região do Pontal do Paranapanema (SP), este processo se expressa pela territorialização do agrohidronegócio canavieiro. Como aponta Barreto (2012), a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região do Pontal aconteceu em dois momentos, o primeiro caracterizado pela formação das primeiras lavouras de cana-de-açúcar e implantação das primeiras unidades agroindustriais canavieiras, em meados da década de 1970 durante o segundo período do PROALCOOL. O segundo momento desta expansão ocorreu a partir de 2005, também com ajuda de incentivos do Estado que impulsiona a produção de veículos *flex-fuel*. Durante o processo de implantação das agroindústrias, há uma estratégia do agronegócio do setor canavieiro onde em um primeiro momento é realizado um levantamento para saber quais são os municípios que atendem aos requisitos exigidos para a implantação, entre estes requisitos destacam a disponibilidade de terras agricultáveis, o acesso e logística para fazer o escoamento tanto da cana-de-açúcar (matéria-prima) quanto do álcool e do açúcar (produção) (BARRETO, 2012). Também busca-se os locais onde se tem maior facilidade de criar acordos e apoio com o poder público local (prefeituras municipais) pensando na isenção ou redução dos impostos e na contribuição com alguns tipos de serviços, como adequação/melhoria/criação de estradas e pontes, e prestação de serviços públicos como reflorestamento de áreas degradadas, reforma e ampliação de escolas, postos de saúde, creches, praças e outras dependências públicas, em uma dita contrapartida da usina e prestação de serviços sociais, mas que na verdade não deixam de serem ações que camuflam os impactos dessas usinas nos municípios (prostituição, aumento da criminalidade, impactos na saúde dos trabalhadores, precarização do trabalho, prejuízos ao meio ambiente etc.) induzindo a população apenas a enxergar os pontos positivos da presença da usina, pois nas propagandas são apresentados apenas seus benefícios.

Este processo evidencia que os elementos supracitados (aliança de classes, subsídios estatais, mídia etc) apontam para uma substituição da agricultura camponesa e a territorialização da pequena propriedade por uma agricultura *concentracionista* (THOMAZ Jr, 2013) caracterizada pelo monopólio das terras. Neste sentido, nos questionamos qual o papel e qual a perspectiva dos jovens que vivem no campo e enfrentam as investidas do capital para tirá-los do campo.

A envergadura do debate abarca diversos elementos de caráter estrutural e político de uma sociedade contemporânea dividida em classes sociais, elementos estes, que estão carregados de contrastes e resulta na formação da identidade cultural de jovens. É necessário conceituar e buscar aproximação com o público alvo, pois existem várias definições de jovem. Esta análise considera a fase que se inicia na adolescência e atinge o início da fase adulta, ou seja, indivíduos que estão entre a vivência dos conflitos, anseios e descobertas características da adolescência e as preocupações relacionadas ao papel do adulto como o trabalho, a independência e a constituição de famílias.

Como afirma Carneiro (2007, p.85):

Os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais.

A efervescência e a ebulição de idéias e desejos naturais da idade colocam-se dentro dessa ambigüidade de construir referências individuais, caracterizando o curso e a construção de uma nova identidade.

A invisibilidade do trabalho do jovem no campo?

A base do trabalho camponês é familiar. A dinâmica e as formas de produzir e viver são moldadas as características e as potencialidades da família. A família do campo não foge à tradição da sociedade patriarcal que centra no pai a função de mediatizar todo o trabalho, outorgando a ele também o controle sobre todos os que com ele vive.

No campo, talvez estes resquícios sejam ainda mais fortes, e estejam presentes de forma ainda mais acentuada, dada as especificidades nos quais estes sujeitos estão inseridos, onde, na tradição que é passada através das gerações que posiciona o pai na função de chefe, a mãe como a figura que toma as decisões na ausência do pai, abaixo destes, o filho mais velho, ou o filho homem, e assim segue para os demais filhos.

O filho homem, embora seja aquele que irá herdar todo o conhecimento e sabedoria desta tradição, que englobam as formas de trabalho, as técnicas de produção, a economia para o trabalho e doméstica, está ainda, de certa forma, sujeito ao trabalho para a família e não exclusivo para si. Ou seja, o fruto do trabalho que o jovem produz é repartido para a reprodução familiar, sobrando à ele as vezes apenas a parte que garante suas formas de lazer.

A realidade nos mostra ainda, que muitas vezes o jovem intensifica seu trabalho no lote para que além de garantir seu lazer, ele consiga reservar algum recurso a fim de possibilitar sua saída do campo, ou seja, além do trabalho desenvolvido dentro do lote com a família, ele procura outras formas de trabalho fora do lote, para que ele tenha uma renda extra e passe a guardar o dinheiro para poder criar condições para sair do lote.

APONTAMENTOS PARA TENTAR ENTENDER O PROCESSO DE SAÍDA DOS JOVENS DO CAMPO

Em nossa pesquisa, onde buscamos compreender os motivos que levam os jovens a saírem do campo podemos observar que 83% dos jovens entrevistados tinham preferência pela cidade, com perspectiva de sair do lote nos próximos 10 a 15 anos para morar na cidade, estes dados são referentes ao Assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, e consideremos um número expressivo e, de certa forma, preocupante, pois, quando voltamos nossos olhos para a região e nos deparamos com 112 (cento e doze) Assentamentos Rurais, que abrigam cerca de 6.000 (seis mil) famílias assentadas⁵.

Paralela a esta informação, 69.5% dos jovens declaram que gostam de viver no Assentamento, os motivos apontam para as características do meio rural, como: a qualidade de vida, o sossego, a paz, a tranqüilidade, as amizades, a união e o trabalho de cultivar a terra, ou seja, os jovens vêem na vida no Assentamento elementos positivos que contribuem para a qualidade de vida.

Diante das informações nos questionamos o porquê dos jovens do Assentamento São Bento deseja e aspira nos próximos anos viverem nas cidades da região? Já que vêem na vida em comunidade elementos positivos e o lugar próprio para constituir famílias e criarem seus filhos, os Assentamentos apresentam características de uma vida saudável contrapondo a dinâmica da vida nas cidades. Na construção da identidade, se estabelece a

⁵ DATALUTA (Banco de Dados da Luta Pela Terra), 2013.

disputa como elemento fundamental na compreensão das características destes jovens no Assentamento, pois, embora haja prazer pelo meio rural encontramos a atração pelo meio urbano produzido pela diversidade de opções para lazer, emprego, estudo, o desejo de estar “inserido” socialmente na sociedade e não estar em estado de “isolamento” dela.

Ao aprofundamos a observação nos dados da pesquisa em relação aos motivos e os desejos da saída dos jovens do campo percebemos que estão ligados ao trabalho e a elementos infra-estruturais que favorecem a reprodução social destes indivíduos. Quando são questionados sobre o porquê da saída de outros jovens do Assentamento cerca de 91% dos entrevistados afirmam saber o motivo que levou os demais saírem do campo, e 74% confirmam que os motivos desta saída estão ligados à procura de trabalho. Para estes jovens, o trabalho desempenhado nas unidades produtivas não é considerado trabalho produtivo, mas sim uma atividade ligada à sobrevivência, sendo o trabalho aquele que tem como fruto o salário.

Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem (THOMAZ Jr, 2004. p. 145).

Dos entrevistados, 13%, acreditam ser necessários haver uma melhoria das oportunidades de trabalho e de estudo no campo para a permanência no campo. Somada a isso, eles expressam o descontentamento com a falta de ações do Estado para eles, o que os fazem sentirem-se esquecidos pelo Estado. 67% dos jovens quando questionados a respeito do que seria necessário para frear os desejos expressados por eles para sair do campo, apontam para a necessidade de políticas públicas, com intuito de fortalecer a estruturação e reprodução social dos jovens com oportunidades de trabalho e estudo no sentido de qualificação profissional.

Atrativos ou ilusões?

Os discursos gerais mostram que os motivos pelos quais os jovens anseiam por sair do campo se voltam para melhoria nas condições de vida. Porém, nos questionamos se existe mesmo melhoria nas condições de vida destes jovens quando saem do lote. O que notamos, na verdade, é uma ilusão. A vida na cidade é sempre apresentada com a melhor opção. Isso está atrelado com a premissa de que o campo é arcaico ou atrasado, e que na cidade encontramos muitas oportunidades e facilidades.

Mas, o que garante que esses jovens que saem do campo para a cidade encontrem melhorias nas condições de vida? Na verdade, não há garantia. Eles saem em busca deste objetivo de vida, mas quando se deparam com a realidade que os aguarda, logo percebem as dificuldades que terão que enfrentar. Essas dificuldades vão desde a adaptação com o novo, até o enfrentamento ao preconceito que ainda existe em relação ao sujeito do campo, sempre tido como aquele sujeito “rústico”, atrasado, cuja única coisa na qual sabe trabalhar é com animais e agricultura.

O jovem na perspectiva do capital agroindustrial canavieiro

Entendemos ainda que essa ilusão criada para os jovens do campo é um artifício ideológico engendrado pelo capital com duas finalidades básicas. Primeiro, para atrair estes jovens para o trabalho nas atividades da agroindústria canavieira, pois, o capital canavieiro se apresenta muitas vezes como a única forma do jovem ter emprego morando no campo. Segundo, para fortalecer a ideia de que não existe mais interesse desses jovens em continuar no campo não tendo porquê receber o apoio do poder público para os camponeses, pois se esses jovens saem não haverá mais quem fique no campo nas próximas gerações.

Outro artifício que o capital tem usado para cooptar estes jovens do campo e criar neles uma ideia de que o trabalho na cana é a única alternativa é o investimento em formação. Empresas ligadas a produção canavieira, apóiam e criam cursos para capacitar jovens para as diversas atividades da agroindústria da cana, estes cursos possuem grades inteiramente voltadas para estes trabalhos, e os jovens entram neles já com a perspectiva e promessa de emprego nas usinas. Além disso, este tipo de formação chega até os Assentamentos, facilitando o acesso dos jovens à eles. No momento em que os jovens se preparam para o trabalho nas usinas, não lhe sobra condições para apostar em outras formações, ou seja, ele muitas vezes está fadado a prosseguir nestas atividades durante longo tempo de sua vida.



Foto 1: Propaganda de geração de emprego feita pela Usina ATENA.
Fonte: BARRETO, M. J. (2012).

OS JOVENS NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os Movimentos Sociais, especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem atuado com mais expressividade na região do Pontal do Paranapanema, enxerga nos jovens parte importante das lutas no campo, pois, os jovens além de possuírem demandas específicas na luta também são parte da família que trabalha no campo e integra diversos outros alvos da luta, sendo que, eles são os verdadeiros herdeiros do trabalho na terra, aqueles que permanecerão nela sucedendo seus pais. Portanto, os movimentos têm se preocupado também com este processo de saída dos jovens do campo, e tem atuado no sentido de criar condições de favorecer a reprodução social dos jovens, além de trabalhar no sentido de ajudar os jovens a voltarem a ter o sentimento de pertencimento a comunidade.



Foto 2: Jovens participando do 6º Congresso Nacional do MST
Fonte: VALADÃO, F. (2014)

De acordo com Stédile (2010)⁶, é necessário criar um conjunto de medidas que contribuam com a vida e a reprodução social dos jovens no campo em condições iguais e até melhores dos que vivem na cidade. Estas medidas estariam ligadas a melhoria de oportunidades na educação somadas às oportunidades de trabalho, com a criação de agroindústrias em conjunto com as cooperativas e associações.

Não basta apenas criar oportunidades de educação. Nós temos que garantir renda para esses jovens. As agroindústrias que geram empregos mais qualificados, que exigem maior conhecimento. É onde a juventude do campo se sente mais motivada [...]. A nossa luta é justamente essa: educação e agroindústria para gerar renda para a juventude. Assim, ela pode permanecer no campo, tendo as mesmas condições ou até melhores do que se migrasse para as periferias das cidades, onde ela só vai encontrar violência, pobreza e discriminação (STÉDILE, 2010).

Nessa perspectiva, entende-se que para o MST, a educação coloca-se como elemento libertador na construção de autonomia social para os jovens do campo além de se configurar como um artifício para (re)afirmar sua identidade de classe.

Como afirma o Coordenador Nacional do Setor de Juventude do MST, Raul Amorim (2014):

A juventude precisa se ver como maioria dentro da escola e se auto-organizar. Ela não deve encontrar saídas individuais, mas deve se ver nas saídas coletivas [...]. É preciso construir um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável que discuta saúde, educação, agroecologia. Mas é necessário políticas públicas para garantir uma maior autonomia da juventude do campo. (AMORIM, 2014)

⁶ Entrevista à Rádio Agência NP.

Ou seja, existe a necessidade da construção de propostas contrárias ao modelo agrícola brasileiro, políticas que favoreçam as necessidades de autonomia e produção de alimentos saudáveis pela juventude do campo.

A Coordenadora do Setor Nacional de Educação do MST Maria Izabel ressalta outros elementos indispensáveis para a formação do jovem no campo, que estão relacionados às experiências e ações práticas do próprio MST e de sua história:

Os debatedores chamaram a atenção para outros pontos essenciais: a necessidade de democratização dos espaços da escola - de forma que os jovens participem das decisões, gestão e que possam cobrar o tipo de educação que desejam -, a não negação do debate da juventude e a clareza nos objetivos de demanda da juventude (IZABEL, 2014).

Somadas ao conjunto de expectativas e desejos, colocam-se os elementos necessários à reprodução e resistência no Assentamento, o desejo de ficar mediante a necessidade de sair, pois as condições reais de reprodução social não estão colocadas nos cenários locais. A complexidade social e econômica presente no Assentamento não possibilita o alcance deste consumo midiático, é necessário constituir comunidades conscientes que tenham acesso a políticas públicas que busquem a estruturação de mecanismos de suporte adequados a juventude, possibilitando o desenvolvimento da sua formação, processamento de suas buscas, construção de seus projetos e percursos de inserção na vida social.

O Proneira e a luta por uma Educação do Campo

Conforme Lima (2010), a Educação do Campo é uma pauta de reivindicação e luta histórica entre os Sem Terra no Brasil, ela faz parte de toda mobilização nacional e local que o MST faz durante suas mobilizações de luta, visto que, faltam escolas nas áreas de Reforma Agrária, e que atenda aos mais de 1 milhão de jovens do MST. Hoje existem cerca de 50 escolas de ensino médio construídas em áreas de Reforma Agrária, e é grande ainda o número de analfabetos entre camponeses e camponesas.

Como destaca Rossi (2012):

A educação do campo traz consigo a perspectiva de determinado grupo social, no caso em análise os camponeses, em consonância com seus interesses sociais, políticos e culturais. Esta dinâmica se articula diretamente às lutas e os conflitos compreendidos contra os interesses de grupos privados que amparados pela convivência estatal empreendem desesperadamente projetos educativos tecnológicos de profissionalização, em que a preocupação norteadora é a

qualificação técnica no manuseio de máquinas e equipamentos em seu dia-a-dia nas diversas usinas e fazendas inseridas na lógica de concentração fundiária e de renda, nas quais o processo de mecanização da lavoura já se encontra em estágio avançado.

A Educação do Campo vem se apresentando como um modelo de educação contra-hegemônico ao modelo de educação convencional, e principalmente aos projetos de educação voltado para formação de trabalhadores para as atividades da agroindústria canavieira, como já discutido em tópico anterior. Esse tipo de educação, segundo Rossi (2012), tenta “adestrar tecnicamente” os trabalhadores rurais, quando dissemina através da ideologia dominante apresentadas pelas mídias tendenciosas a imagem, a máscara e o véu de “inclusão educacional e geração de renda”.

Para alavancar a Educação do Campo, em 1998 surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma política pública de Educação do Campo. O objetivo do Pronera é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, para serem executados por instituições de ensino, tendo como beneficiários as populações jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC).

O Pronera atende projetos de:

- Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio;
- Capacitação e escolaridade de educadores para o ensino fundamental nas áreas de Reforma Agrária;
- Formação inicial e continuada e elevação da escolaridade de professores que não possuem formação, sendo nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio das licenciaturas;
- Formação de nível médio, concomitante/integrada ou não com ensino profissional;
- Curso técnico profissional;
- Formação profissional de nível superior, de âmbito nacional, estadual e regional em diferentes áreas do conhecimento, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo;
- Especialização em Residência Agrária e Educação do Campo

Um das prerrogativas do Pronera é o princípio da Pedagogia da Alternância, que tem como característica a combinação de atividades didático/pedagógicas e atividades práticas. As atividades didático/pedagógicas geralmente são desenvolvidas nas instituições

de ensino, chamadas de Tempo Escola, e as atividades práticas desenvolvidas nas comunidades de origem e de atuação profissional dos educandos, chamada de Tempo Comunidade. A Pedagogia da Alternância permite que o camponês tenha uma formação profissional voltada para o campo, pensada para possibilitar que o camponês possa estudar e trabalhar sem prejuízos para a dinâmica de trabalho no lote. Isto porque esta metodologia coincide períodos de estudos, e períodos de atividades junto às comunidades em que vivem.

Como exemplo, destacamos o Curso de Pós-Graduação em Geografia, modalidade Especialização – Residência Agrária em Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos. O curso, viabilizado pela Chamada 26/2013 CNPq/MDA/INCRA, é uma parceria entre FCT/UNESP, FATEC/Presidente Prudente, INCRA, PRONERA e MST/SP. Teve início em julho de 2013 e término previsto para janeiro de 2015, estes educandos são em sua grande maioria jovens professores da rede estadual e municipal de ensino e assentados da Reforma Agrária na região do Pontal do Paranapanema e região de Itapeva/SP. Este curso está organizado segundo o princípio da Pedagogia da Alternância.



Foto 3: Aula do Curso de Especialização em Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos

Fonte: RABELLO, D. (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão não está no fato de sair ou ficar, mas os motivos que os levam sair ou ficar, pois, a luta pela terra é uma das bandeiras, estes jovens são sujeitos que podem lutar

pela transformação social, desde que a comunidade onde se inserem ofereça base e formação social e política.

Para que estes jovens camponeses resgatem sua identidade de classe serão necessárias ações em diferentes áreas como: educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte etc. Mas, não basta apenas que se criem estas condições, devemos nos atentar para que estes elementos sejam implementados de forma que atendam os jovens em sua especificidade e que considerem os anseios e dificuldades destes sujeitos que enfrentam uma fase singular da vida. Deve haver iniciativas que valorizem as realidades vividas nas comunidades com enfoque para resolver a problemática que estão inseridos estes atores que são herdeiros de lutas e resistências presentes na classe social dos trabalhadores do campo. Nesta perspectiva temos entendido que o MST cumpre um papel fundamental na formação política e social para os jovens dentro dos Assentamentos, atuando na tentativa de criar condições para que eles repensem a sua função dentro da comunidade, e a função da sua comunidade dentro da sociedade.

Um problema importante que tem afetado a permanência dos jovens no campo é a falta de políticas públicas efetivas e de Reforma Agrária. O jovem é um dos mais prejudicados com a lentidão e a falta de perspectiva da Reforma Agrária. Não basta apenas que esta Reforma Agrária não constitua enquanto redistribuição de terras, ela deve ocorrer de forma a criar mecanismo para que a família e o jovem trabalhem e permaneçam na terra. Isso porquê a estrutura pública não permite que o jovem seja prioridade no acesso à terra, a exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quando distribui lotes prioriza as pessoas que estão a mais tempo na espera e que já tenham família constituída, sendo assim, o jovem não tem perspectiva de conseguir um lote, já que passa boa parte da vida dedicando-se ao trabalho familiar. E observamos, portanto, que o caminho que ele opta para ter melhoria nas condições de vida é sair do lote para ser empregado e ganhar um salário mínimo na cidade do que tentar continuar na luta pela terra.

A falta de acesso à terra não é o único elemento que contribui para a saída dos jovens do campo. A falta de voz em relação à tomada de decisões e participação nos lotes da família tem se mostrado como um elemento intrínseco a essa decisão de abandonar o campo. E isso é algo que os Movimentos Sociais estão trabalhando para desconstruir, visto que, estas relações patriarcais podem influenciar na permanência do jovem no campo.

Vemos assim, que sair do lote se torna uma alternativa que o jovem encontra para ter renda própria, pois, longe dos pais e do trabalho familiar a renda gerada através do seu

trabalho é dele mesmo, e também sair do lote significa também a tentativa de se desprender do patriarcalismo na busca por autonomia.

REFERENCIAS

AMORIM, R. 6º Congresso Nacional do MST. Brasília, fevereiro de 2014 (Depoimento).

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho.** (Mestrado em Geografia). UNESP. São Paulo. 2012. 244 f.

BOGO, A. **Identidade e Luta de Classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOMBARDI, L. M. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar.** São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, Nº 14, p. 107-117, 2003.

BORGES, J. L. **MST do produtivismo a agroecologia.** In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política UFPR, Paraná: 2009.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. Resenha de: ROSSI, Rafael. Revista Pegada Online. Vol. 13 n.2. p. 228 – 231. Presidente Prudente, 2012.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C. et al. (Org.). **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHAUI, M. S. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas.** Nova edição revista e ampliada.. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006. p. 367.

COUTINHO JÚNIOR, J. **Falta de estrutura e possibilidades faz com que os jovens abandonem o campo.** Página do MST, agosto de 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Falta-de-estrutura-e-possibilidade-faz-com-que-jovens-abandonem-o-campo>, acesso em julho de 2014.

DOURADO, J. A. L. **Papel da Agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na mesorregião do Alto Solimões (AM), Brasil.** Acta Geografica, v. 1, p. 245-264, 2013.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra.** In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. Anais do 8 Encontro de Geógrafos da América Latina. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001. v. 1.

FERNANDES, D. **OIT alerta para surgimento de ‘geração perdida’ de jovens sem emprego**. Paris: BBC Brasil, 2010. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100811_desemprego_df_rc.shtml, acesso em julho de 2014.

IZABEL, M. 6º Congresso Nacional do MST. Brasília, fevereiro de 2014. (Depoimento)

LIMA, M. **Os Desafios e Avanços para a Educação do Campo**. Página do MST, 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/11087> , acesso em julho de 2014.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno de cooperação agrícola**. 1998.

_____. **Uma reforma agrária popular**. In: V Congresso Nacional do MST, Brasília: 2007.

NOVAIS, Regina, VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, L. B. de. **Estudo da Juventude no Assentamento São Bento - Município de Mirante do Paranapanema – SP: Renúncia ao Território ou Resistência ao Modo de Vida Camponesa?** Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2011.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). **Manual de Operações Pronera**. Brasília, 2011, 119p. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/manuais_e_procedimentos/manual_de_operacoes_do_pronera_2012.pdf, acesso em julho de 2014.

STEDILE, J. P. **A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura**. 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/fr/fiches/dph/fiche-dph-8244.html>, acesso em: junho de 2011.

VIA CAMPESINA. **IV conferencia Internacional da Via Campesina**. São Paulo: junho de 2004.

THOMAZ Jr., A. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho**. Revista Pegada Online. Vol. 5, n.1 e 2. Presidente Prudente, 2004.

THOMAZ Jr., A. **Pesquisas no Pontal do Paranapanema: Agroecologia, Reforma Agrária, Trabalho, Políticas Públicas e Saúde do Trabalhador** (Mesa Redonda). In: Simpósio: Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema (desafios e possibilidades). Sandovalina, agosto de 2013 (Depoimento).